

Quarta-feira, 15 de Julho de 2026

## • DESTAQUE •

*Leia matéria especial ao final deste boletim*

- ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA - EPM

Curso: **"Formação em Primeira Infância"**

PÚBLICO-ALVO: Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça, Promotores de Justiça e Servidores do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores da Defensoria Pública, Membros e Servidores das Secretarias Estaduais e Municipais, Advogados, Assistentes Sociais e Psicólogos, Profissionais da Rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e demais interessados.

DATA DO CURSO: 13/8/2026 até 24/9/2026. Quinta-feira das 10h00 às 12h00.

INSCRIÇÕES: de 12/6/2026 a 11/8/2026 [CLIQUE AQUI](#)

## • C N J •

- [Violência contra a mulher, crime organizado e infância e juventude são temas de revista do CNJ](#)

**9/6/26** - A primeira edição do volume 10 da Revista Eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (e-Revista CNJ) reúne 18 artigos sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, crime organizado e proteção de crianças e adolescentes. Lançada nesta terça-feira (9/6), a publicação [pode ser acessada pelo Portal do CNJ](#).

- [CNJ aprova regras para que juízes decidam sobre participação de crianças e adolescentes em conteúdos digitais](#)

**23/6/26** - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou por unanimidade proposta de resolução que cria um modelo nacional com regras para a concessão de alvarás judiciais destinados à participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas no ambiente digital. A iniciativa fortalece mecanismos de proteção diante do crescimento da exposição infantojuvenil em plataformas digitais e redes sociais. A votação aconteceu, na terça-feira (23), durante a 10ª Sessão Ordinária do órgão. A medida entra em vigor na data da publicação da norma.

## • T J S P •

- [Escuta protegida e respostas mais ágeis: Mutirão de depoimentos especiais fortalece proteção de crianças e adolescentes](#)

**4/6/26** - Garantir a proteção integral de crianças e adolescentes é um compromisso que exige não apenas políticas públicas, mas práticas institucionais sensíveis às suas vulnerabilidades. No âmbito do Judiciário, esse cuidado passa, entre outras medidas, pela escuta qualificada de vítimas e testemunhas de violência — etapa fundamental para assegurar direitos sem agravar o sofrimento. É nesse contexto que se insere o depoimento especial, instrumento que alia produção de prova à proteção.

- [TJSP na Mídia: Programa debate abandono afetivo e responsabilização civil](#)

**8/6/26** - O abandono afetivo e suas implicações jurídicas e sociais foram tema do programa Estúdio News, da emissora Record News, exibido no último sábado (6). A desembargadora Daniela Cilento Morsello concedeu entrevista à jornalista Renata Caetano para debater o assunto em diversas nuances. A edição também contou com participação da doutora em Psicologia Clínica Renata Coelho. [Assista aqui](#).

- **[Projeto IA TJSP disponibiliza novas ferramentas aos usuários internos](#)**

**9/6/26** - O Tribunal de Justiça de São Paulo segue avançando com o **projeto IA TJSP – julgar rápido, julgar muito, julgar bem**, iniciativa que consolida as ferramentas de Inteligência Artificial e suas diretrizes de uso no Judiciário e, em contrapartida, se traduz em uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente para a população. À medida que o Tribunal prossegue com estudos e com a busca de novas soluções integradas aos sistemas já existentes, a [página IA TJSP](#), disponível na Intranet para magistrados e servidores, é constantemente atualizada com manuais, vídeos e outros materiais de orientação. Além disso, o curso IA na Prática, disponibilizado para o público interno na plataforma Moodle, recebe novas aulas on-line.

- **[Município é responsabilizado após criança fugir de creche](#)**

**22/6/26** - A 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve, em parte, decisão da 2ª Vara de Casa Branca que responsabilizou o Município após uma criança fugir de creche municipal. A indenização por danos morais aos genitores e ao próprio menino foi redimensionada para R\$ 30 mil.

## • M I G A L H A S •

- **[3ª seção do STJ propõe pacto nacional contra violência sexual infantil](#)**

**18/6/26** -A 3ª seção do STJ irá encaminhar ao presidente da Corte, ministro Herman Benjamin, proposta de criação de um Pacto Nacional pela Dignidade Sexual da Infância e Adolescência, voltado ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

- **[Jogo LoL é condenado em R\\$ 15 mi por expor menores a dinâmica de aposta](#)**

**17/6/26** -A juíza de Direito Rejane Zenir Jungbluth Suxberger, da 1ª vara da Infância e da Juventude do DF, condenou a Riot Games, integrante do conglomerado Tencent, ao pagamento de R\$ 15 milhões por dano moral coletivo decorrente da oferta de loot boxes a crianças e adolescentes no jogo eletrônico *LoL - League of Legends*.

- **[Plano de saúde deve cobrir medicamento de uso domiciliar?](#)**

**22/6/26** - A medicina contemporânea busca deslocar parte relevante do tratamento para fora do ambiente hospitalar. A desospitalização não é tendência voltada apenas ao conforto do paciente; é política de saúde, porque reduz custo, diminui o risco de infecção hospitalar e aumenta a adesão terapêutica.

- **[Mãe influenciadora, criança visível e o silêncio do algoritmo](#)**

**23/6/26** -No dia 23/6/26 o plenário do CNJ aprovou, por unanimidade, resolução que regulamenta a concessão de alvarás judiciais para a participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas no ambiente digital. No dia seguinte, a Vara da Infância e da juventude da comarca de guarulhos, nos autos do processo 1010581-59.2026.8.26.0224, já determinava o cumprimento integral do novo protocolo por uma família cujo pedido de autorização tramitava naquele juízo. A velocidade com que a decisão administrativa do CNJ se traduziu em exigência judicial concreta não foi coincidência: foi a demonstração de que o Direito brasileiro finalmente começou a levar a sério a exposição de crianças no ambiente digital.

## • C O N J U R •

- **[ECA Digital protege crianças melhor do que lei europeia, diz professora alemã](#)**

**2/6/26** - A legislação do Brasil é superior à da Europa em diversos aspectos com relação à proteção de crianças e adolescentes nas redes sociais. Enquanto o [ECA Digital](#) brasileiro acerta ao atuar no controle prévio dos perigos, a [Lei de Serviços Digitais \(DSA, na sigla em inglês\)](#) da União Europeia erra ao permitir que as plataformas definam o que é risco sistêmico.

- **[Mãe é responsável por ofensas publicadas por filho menor de idade em redes sociais](#)**

**11/6/26** - O 2º Juizado Especial Cível da comarca de Joinville (SC) condenou uma mulher por ofensas publicadas por sua filha menor de idade contra uma professora em rede social. A decisão reconheceu que as mensagens continham xingamentos, ataques pessoais e manifestações que extrapolaram os limites da liberdade de expressão e atingiram a honra da educadora.

- [\*\*Desembargador afasta resolução do CFM e autoriza bloqueio hormonal para adolescente trans\*\*](#)

**18/6/26** - A interpretação da [Resolução 2.427/2025](#) do [Conselho Federal de Medicina \(CFM\)](#) — que versa sobre atendimento médico a pessoas com incongruência ou disforia de gênero — não pode resultar em uma proibição absoluta quando há acompanhamento clínico prolongado, indicação médica fundamentada e risco concreto à saúde do paciente.

- [\*\*Doença rara obriga fornecimento de remédio mesmo sem pedido na ANVISA\*\*](#)

**26/6/26** - Doenças consideradas raras e ultrarraras dispensam a exigência de pedido de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que o Estado forneça o medicamento importado, de acordo com o [Tema 500 do Supremo Tribunal Federal](#).

## • FANTÁSTICO •

- [\*\*Jovem questiona 'desadoção' na Justiça após perder sobrenome de mães: 'Devolvido a ninguém'\*\*](#)

**7/6/26** - Uma discussão familiar fez um jovem de Santa Catarina deixar a casa das mães adotivas e assinar um documento em que abria mão de seus direitos. Agora, ele tenta reverter a ação na Justiça apontando uma ilegalidade do processo de "desadoção".

## • MATÉRIA ESPECIAL - TILT UOL •

- [\*\*Influenciadores mirins precisarão de alvará para ganhar dinheiro nas redes\*\*](#)

**19/6/26** - Entrou em vigor um decreto federal que exige que o responsável tenha alvará para influenciador mirim. Plataformas como *YouTube, Instagram, Facebook, TikTok, Twitch e Kwai* devem se abster de monetizar ou impulsionar conteúdos de "influenciadores mirins", a não ser que tenham um alvará, desde 17 de junho.

